

## Os dilemas entre a luta pela autonomia e a vocação pelo desenvolvimento dependente

José Elesbão de Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** O propósito deste artigo é fazer um estudo comparativo das ideias de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso sobre o *pattern* de desenvolvimento dependente que se engendrou a partir de meado dos anos 1960, em substituição ao ideário nacional-desenvolvimentista que havia predominado no Brasil até a metade do século XX. A hipótese em tela visa sustentar que a despeito desses autores filiarem-se a correntes teóricas e epistemológicas distintas pode-se encontrar muitos pontos de convergências entre os mesmos relativamente à ideia da *débâcle* do nacionalismo e à constatação da dependência externa.

**Palavras-Chave:** nacionalismo, desenvolvimento e dependência.

**ABSTRACT:** The intention of this article is to make a comparative study of Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso ideas about the development pattern dependent that was implanted in the beginning of the sixties in replacement for the national-developmental ideal that had been prevailing in Brazil until the middle of the XX century. The hypothesis in screen aims to sustain that in spite these authors partnership the school of thought distinct it can find many underlying contacts to the default idea of nationalism as well as in relation to the ascertainment of external dependency.

**Key-words:** nationalism, development and dependency.

### Introdução

O desencanto provocado pelo “fracasso” do modelo de desenvolvimento implantado na América Latina nos anos 1950 abriu espaço para um movimento de críticas, reparos e autocríticas ao ideário industrial-desenvolvimentista da Cepal. Ou seja, na medida em que não se confirmaram as expectativas atribuídas aos supostos efeitos irradiantes da industrialização substitutiva de importações, colocou-se em dúvida a teoria que havia servido de inspiração para o estilo de desenvolvimento nacional elaborado sob a égide da Cepal. Esse processo incitou a formulação de novas análises, dentre as quais se distingue a “teoria” da dependência, mediante o qual se difundiram várias interpretações, em que se sobressai uma tese desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso (e até certo ponto, por Faletto), denominada de teoria do desenvolvimento dependente-associado. Por outro lado, outra abordagem intitulada de crítica ou autocrítica estruturalista foi apresentada pelos próprios cepalinos, dentre os quais se destaca Celso Furtado.

Em termos simples, o reparo que os dependentistas (como foram chamados os autores da “teoria” da dependência) faziam à análise cepalina consistia em afirmar que a industrialização não trazia as consequências esperadas por seus proponentes. Eles afirmavam que ao contrário da visão desenvolvimentista, a industrialização não trazia autonomia de decisões, uma vez que o processo era comandado pelas empresas transnacionais, cujo centro de decisão se localizava no exterior. Além disso, também não trazia distribuição de renda na proporção requerida por que era baseada em um tipo de tecnologia que valorizava mais o trabalho qualificado, em detrimento do trabalho assalariado de baixa qualificação (predominante na região), gerando uma crescente diferenciação no nível de renda entre os assalariados. Por outro lado, ao basear-se em tecnologia poupadora de mão-de-obra, a industrialização também não gerava emprego na medida em que se fazia necessária para absorver o contingente de trabalhadores desempregados e subempregados no meio urbano, aos quais se somavam outros que migravam do campo para a cidade à procura de melhores oportunidades de empregos.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail: [jose.elsbao@uol.com.br](mailto:jose.elsbao@uol.com.br)

Baseado nos aspectos acima levantados, os dependentistas argumentavam que se fazia necessário um novo instrumental teórico-metodológico para explicar por que um processo que aparentemente encaminhava-se para ser bem sucedido começava a fracassar e a se distanciar cada vez mais dos objetivos preconizados. Ou seja, era necessário explicar as verdadeiras razões da inflexão do esquema cepalino e a subsequente perpetuação do “atraso” e da dependência e propor uma nova linha de investigação para o desenvolvimento da América Latina.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é realizar um estudo comparativo das ideias de Furtado e de Cardoso sobre o *pattern* de desenvolvimento dependente que se engendrou a partir de meado dos anos 1960, em substituição ao desenvolvimento nacional que havia predominado no país até a metade do século XX. O propósito é demonstrar que a despeito desses autores vincularem-se a escolas diferentes e de eles tomarem caminhos distintos a partir da segunda metade da década de 1960, relativamente à perspectiva do desenvolvimento dependente, é possível encontrar muitos pontos de contatos concernentes à ideia da *débâcle* do nacionalismo e à constatação da situação de dependência externa da economia brasileira.

O texto está organizado em cinco seções, afora esta introdução e as considerações finais. A primeira seção procura fazer uma síntese das características do desenvolvimento de uma perspectiva integrada. A segunda discute a internacionalização da economia e a questão da dependência externa. A terceira analisa tendência à acomodação subordinada da economia brasileira ao sistema mundial. A quarta examina o pessimismo de Furtado em relação ao desenvolvimento dependente e a quinta debate a questão a internacionalização e os dilemas da dependência. Por fim, nas considerações finais apresenta-se uma síntese das ideias de Furtado e Cardoso.

## 1 A análise integrada do desenvolvimento

O propósito da análise integrada consiste em explicar o dinamismo dos países subdesenvolvidos a partir de uma perspectiva política, econômica e social que estava condicionada pelas relações que haviam se estabelecido entre as classes e os grupos dos países dominantes e dominados ao longo do período colonial. Em termos mais precisos, esta análise procura elucidar as características assimétricas do desenvolvimento capitalista na América Latina de forma conjunta, com o objetivo de explicitar as possibilidades exequíveis de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, notadamente no Brasil. É nesse contexto que se desenvolve o estudo de Cardoso e Faletto (1970), cuja preocupação é saber até que ponto o capitalismo latino-americano havia criado uma burguesia nacional capaz de propor uma revolução burguesa à semelhança do que ocorreu na França e nos Estados Unidos. Na visão deles faltava “uma análise integrada que [fornecesse] elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que [respondesse] às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais” (Idem, p. 15).

Na tentativa de preencher a lacuna deixada pelas análises da Cepal, Cardoso e Faletto (1970) advertem que um estudo sistemático da economia latino-americana teria que ser feito de forma separada e dentro de uma perspectiva histórica, levando em conta as formas concretas de vinculação adotadas nas diferentes fases do seu processo de desenvolvimento. A justificativa para isso, é que era preciso buscar uma perspectiva analítico-interpretativa que permitisse a ligação entre os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não apenas justapô-los. Isto significa que a investigação deveria ultrapassar a abordagem do enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação que levasse em conta o processo histórico. Na opinião de Cardoso e Faletto (1970), esta “interpretação não significa aceitar o ponto de vista ingênuo que assinala a importância da sequência temporal para a explicação científica – origem e desenvolvimento de cada situação social – mas que o devir histórico só se explica por categorias que atribuam significação aos fatos e que, em consequência, sejam historicamente referidas” (Idem, p. 22).

Pode-se intuir que o plano de Cardoso e Faletto (1970) é tentar explicar o processo de desenvolvimento econômico como um processo político-social que resulta da interação entre grupos

e classes sociais, com interesses e valores distintos, mas de cuja oposição, conflito ou superação emanam as possibilidades de mudança na ordem econômica, isto é, de desenvolvimento. Essa hipótese fica evidente na passagem que diz: “é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos” (Idem, p. 23). Isso significa que a perspectiva de mudança social nas sociedades dependentes está sujeita à imposição de uma ideologia inovadora, capaz de impor e orientar a ação no sentido de provocar modificações radicais nas práticas tradicionais dos agentes econômicos de modo que permita o surgimento na cena econômica de um novo personagem para assegurar a prosperidade.

A rigor, essa ideia já havia sido esboçada anteriormente por Cardoso (1964) em seu estudo sobre o papel do empresário no processo de desenvolvimento no período do capitalismo monopolista. Nesse estudo ele fundamenta-se nos ensinamentos de Marx para demonstrar que na fase do capitalismo moderno o espírito que move a ação do empresário resume-se essencialmente na busca do lucro e da acumulação, os quais dependem da utilização de práticas racionais e inovadoras. Estas dependem para sua concretização da existência de um “talento inventivo” e da capacidade de persuasão e pressão política dos homens de empresa, uma vez que no capitalismo moderno a economia assume uma característica cada vez mais política, cujo Estado se transforma não apenas em instrumento de regulação do mercado entre as grandes empresas, mas em principal concentrador do excedente econômico. Por essa razão, diz Cardoso (1964): “os dirigentes econômicos que estão em condições de inovar a política das sociedades anônimas são os que detêm a posição dominante, que se localiza na intersecção entre a empresa (ou a organização) e as demais instituições sociais com que ela interage, como o Estado, o sistema financeiro, os Partidos, as outras Empresas, os Sindicatos, as Federações de industriais, etc” (Idem, p. 27).

Deve-se destacar ainda, que a concepção de Cardoso relativamente ao papel do empresário no processo de desenvolvimento está enraizada em três matrizes metodológicas: em primeiro lugar, vincula-se à ideia de Marx em relação ao papel central da apropriação privada dos meios de produção e da busca iniludível do empreendedor capitalista pelo lucro e pela acumulação como condição para o desenvolvimento do moderno capitalismo; em segundo lugar, relaciona-se com a noção de Schumpeter do empresário inovador e com a necessidade de introdução de novas combinações de fatores produtivos para levar adiante o processo de desenvolvimento econômico e; por último, associa-se à concepção de Weber em relação ao papel decisivo de um *ethos* da mentalidade racional para fazer progredir o capitalismo moderno.

Assim, pode-se aludir que a análise sociológica do desenvolvimento na versão de Cardoso e Faletto (1970) tem raízes epistemológicas bastante profundas e implica em um estudo sistemático das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada caso específico. Em síntese, a ideia subjacente à abordagem sociológica consiste no seguinte: na medida em que as diferentes classes e grupos sociais conseguem impor sua ordem e sua dominação ao conjunto da sociedade, as estruturas políticas e sociais vão se modificando. Nesse sentido, eles afirmam que “as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações e, portanto de conflito, entre as classes e grupos” (Idem, p. 22-3). A rigor, é a compreensão desse movimento que constitui o centro nevrálgico da análise sociológica do desenvolvimento latino-americano.

Dessa forma, Cardoso e Faletto (1970) asseveram que são justamente os liames entre os fatores político-sociais internos e externos que permitem a formulação de políticas cuja efetividade pode tirar proveito das novas condições ou das novas oportunidades de crescimento econômico que se abrem no capitalismo moderno, condição essencial para ensejar o desenvolvimento. De forma análoga, são as forças internas que redefinem o sentido e o alcance político-social das mudanças no sistema econômico. Não obstante, eles ressaltam que a integração entre os grupos econômicos

internos e externos realiza-se de forma distinta e com consequências diferentes para ambos. Por outro lado, enfatizam ainda que o sistema interno de alianças políticas possa sofrer alterações em decorrência de alianças no plano externo. A esse respeito eles dizem: “o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos” (Idem, p. 30).

Destarte, pode-se inferir que o ponto central da análise da Cardoso e Faletto (1970) consiste em sustentar que a dinâmica da economia dependente é determinada pela capacidade de pressão dos sistemas internos de alianças para assegurar-lhe as condições necessárias ao desenvolvimento, o qual só poderá ser alcançado através de vínculos “de um novo tipo” com as economias centrais. No entanto, advertem que as transformações nas sociedades subdesenvolvidas e dependentes supõem tensões que nem sempre e nem de modo necessário, pode proporcionar-lhe soluções favoráveis ao desenvolvimento nacional. Na opinião deles, esse “resultado não é automático e pode não se dar, o que equivale a afirmar que a análise do desenvolvimento deve supor sempre a ‘possibilidade’ de estagnação e de heteronomia” (Idem, p. 38).

Baseados nessas balizas teórico-metodológicas, Cardoso e Faletto (1970) sentenciam que existem alguns casos na América Latina de países que conseguiram formar Estados nacionais, “resistir à dominação externa” e manter, pelo menos em parte, o controle de seus sistemas produtivos. Nesses países, entre os quais se destaca o Brasil, não só foi possível realizar um processo de industrialização, inclusive com redistribuição de renda, como também foi possível gerar “desenvolvimento econômico e social”, embora associado e dependente. Para eles, isso só foi possível, graças à arbitragem do aparelho do Estado e às condições e estímulos criadas pelas relações que se estabeleceram com o mercado mundial, a partir de meado da década de 1950.

Desse modo, considerando que os tipos de relações que se estabelecem entre uma economia desenvolvida e outra subdesenvolvida são de subordinação e não de harmonia, cuja subordinação se assenta, em última instância, em formas de exploração econômica, pode-se inferir que a dependência constitui o *modus operandi* do desenvolvimento do capitalismo em certas economias periféricas como a brasileira. Nesse aspecto, Cardoso e Faletto (1970) afirmam o seguinte: “dado que existem relações de subordinação [...] entre as sociedades centrais e as dependentes [...] a análise não pode desconhecer essa característica básica, para apresentar como uma anomalia o que realmente é uma maneira de ser” (Idem, p. 32). Mais à frente eles sentenciam que esta “é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência” (Idem, p. 124).

Posteriormente, Cardoso e Faletto (1985) reafirmam esta perspectiva nos seguintes termos: as “economias periféricas, mesmo quando não mais se restringem à produção de matérias-primas, continuam dependentes de forma muito específica: seus setores de produção de bens de capital não são suficientemente fortes para assegurar o avanço contínuo do sistema, seja em termos financeiros, tecnológicos ou organizativos” (Idem, p. 27). Isso significa que a dependência é uma constatação e não uma característica disfuncional que possa se tornar contraproducente à materialização do desenvolvimento ou mesmo inviabilizá-lo. É exatamente esse aspecto que queremos confrontar com a análise desenvolvida por Furtado a partir de meado dos anos 1960.

## 2 A internacionalização da economia e a dependência em Furtado

A despeito de Furtado raramente ser cognominado de dependentista, é lícito informar que ele deu contribuições imprescindíveis para o entendimento da dependência brasileira, cuja origem remonta-se ao período colonial<sup>2</sup>. A rigor, a preocupação com a situação de dependência nacional já

<sup>2</sup> Embora não seja trivial se fazer referência a Furtado no âmbito dos estudos da dependência, é possível situá-lo nesse campo de análise. A propósito, em um estudo desenvolvido por Blomström e Hettne (1984) existe uma classificação dos estudos da dependência distinguindo-os em três categorias, nas quais Furtado figura em uma delas. Para esses autores há três categorias distintas na teoria da dependência: a primeira é chamada de crítica ou autocrítica estruturalista, formada por Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Raul Prebisch; a segunda é denominada de corrente neomarxista e é composta por Theotônio dos

aparece em sua tese de doutorado, apresentada em 1948, na Universidade de Paris, onde ele demonstra que o verdadeiro sentido da colonização brasileira pelo império português era a “exploração comercial” e não a colonização propriamente dita (FURTADO, 2001, p. 71-2). A propósito, é oportuno reproduzir o raciocínio dele sobre os desdobramentos da exploração comercial predatória das terras que viriam a formar o Brasil. Nesse particular, eis o que dizia: “[nessa] fase preliminar [...] da economia brasileira, já se podem identificar os elementos que, posteriormente desenvolvidos, marcarão o sentido da economia do país nos séculos seguintes” (Idem, p. 73). Essa descrição sobre o sentido da colonização brasileira pelo império português constitui o eixo central sobre o qual Furtado se debruçará mais tarde em seus estudos sobre as relações comerciais que se estabeleceram no período colonial entre as metrópoles européias e suas possessões territoriais no além-mar, dentre as quais figura a América Latina.

A rigor, foi a partir das relações econômicas com o sistema mundial que se engendrou a primeira fase da dependência latino-americana, a qual foi se metamorfoseando e aprofundando-se no decorrer dos séculos (ou mudando de forma). Não obstante, foi somente no século XIX que ela ganhou fisionomia, com a imposição de “novas” funções à periferia pela divisão internacional do trabalho, cujo objetivo visava diminuir o custo do capital constante nos países avançados e atribuir às áreas mais atrasadas o papel de complementaridade da acumulação capitalista em favor das nações imperialistas.

Sobre a questão da dependência, Furtado (1969) relata que o “sistema de divisão internacional do trabalho, que permitiu aos países latino-americanos iniciarem o seu desenvolvimento no século XIX, cri[ou] relações assimétricas que se traduzi[ram] em uma estreita dependência dos países exportadores de matérias-primas para com os centros industrializados” (Idem, p. 221). Nesse mesmo sentido, ele acentua ainda que “as relações econômicas internacionais não se [fizeram] apenas sob a forma de crescente intercâmbio entre as diversas nações, mas também mediante a criação de polos de comando que detinha o controle dos fluxos financeiros; que orientavam as transferências internacionais de capitais; que financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis; que interferiam na formação dos preços, etc” (Idem, p. 221). Em suma, tratava-se de um tipo de dependência que tinha origem na própria estrutura do sistema econômico mundial de cuja expansão se retroalimentava.

Em relação à “nova” dependência forjada a partir do pós-guerra, cuja concretização só veio a se confirmar efetivamente nos anos 1960, com a emergência da nova divisão internacional do trabalho liderada pelos Estados Unidos, pode-se assegurar sobejamente que esse fenômeno foi claramente percebido e analisado por Furtado, e inclusive pela própria Cepal, nos anos 1960<sup>3</sup>.

Nos anos 1960, em face da presença marcante das grandes corporações norte-americanas na América Latina, Furtado (1966) chegara à conclusão de que a autonomia dos países latino-americanos para superintender o próprio desenvolvimento havia se reduzido demasiadamente. Sua preocupação com a atuação das poderosas sociedades anônimas consistia em que o poder do governo no país em que elas se instalavam debilitar-se-ia cada vez mais, pois mesmo nos Estados

---

Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini; já a terceira, é classificada de corrente marxista não-ortodoxa, na qual se incluem Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Em outro trabalho de Palma (1978), Furtado também aparece ao lado dos dependentistas, na condição de crítico dos obstáculos ao desenvolvimento nacional, corrente que tenta dar uma nova sistemática às análises da Cepal. Em Cardoso (1980), Furtado é igualmente qualificado como dependentista na seguinte passagem: “[por] volta de metade da década de 1960, dentro e fora da Cepal começara outra linha de interpretação – mais sociológica e política – [a qual] aparecia nos textos de Vuskovic, de Celso Furtado e, especialmente, de Oswaldo Sunkel. Esta linha passou a ser conhecida como ‘teoria’ da dependência” (Idem, p. 50). Ademais, em estudo desenvolvido por Kay (1989), Furtado é também considerado como um dependentista reformista.

<sup>3</sup> Fazendo uma espécie de mea-culpa, ao final dos anos 1960, a Cepal assinalava que: “[la] dependência tecnológica del exterior y el desarrollo industrial primordialmente en mercados nacionales y altamente protegidos influyeron para que no se planteara en los hechos el problema de la selección de técnicas productivas más de acuerdo con las características de la región y los recursos disponibles en ella. [...] Muchas de las decisiones no se tomaron con criterio técnico, [...] la subordinación de la región a las áreas industrializadas en materia de tecnología ha traído consigo una serie de repercusiones que hoy afectan su nivel de costos y las posibilidades de una expansión más acelerada. [...] Esta dependencia del exterior no se manifiesta solamente en las técnicas de fabricación, sino en el acceso a los diseños y al *engineering* que acompaña la producción de los mismos” (CEPAL *apud* FRANK, 1971, p. 111).

Unidos ele era mais fraco do que o poder das grandes corporações. Por essa razão, revelava sua inquietação quanto à influência dos poderosos conglomerados estadunidenses nos países latino-americanos. A propósito, escrevera: chamada a “atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas terão necessariamente que transformar-se em um superpoder em qualquer país latino-americano” (Idem, p. 44). Isso obviamente concorria para minar o poder de atuação dos Estados nacionais e submeter os países da região à estrita dependência dos grupos internacionais, particularmente dos norte-americanos, os quais passavam a atuar com muito mais liberdade do que já gozavam antes.

Para Furtado (1966), a penetração indiscriminada de grandes empresas com tecnologia avançada e elevada capitalização em áreas subdesenvolvidas e com uma estrutura econômica frágil como a brasileira, tendia a “provocar desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápida acumulação de desemprego aberto disfarçado” (Idem, p. 45). Para ele, o resultado disso “seria um aumento real ou potencial das tensões sociais na América Latina. Como as decisões econômicas de caráter estratégico estariam fora do alcance dos governos latino-americanos, tais tensões tenderiam a ser vistas, no plano político local, tão somente pelo ângulo negativo. [Em consequência], a ação do Estado teria que ser de caráter essencialmente repressivo” (Idem, p. 45). Por essas razões, Furtado (1968) assinalava que a industrialização brasileira havia assumido uma forma de “desenvolvimento de tipo dependente”, em que o fator dinâmico tinha origem não no desenvolvimento das forças produtivas, mas em modificações no perfil da demanda, cabendo à assimilação da tecnologia importada um papel ancilar. Em suas palavras, “a assimilação do progresso técnico era o reflexo da ação de outros fatores dinâmicos e não a causa primária do desenvolvimento” (Idem, p. 30).

Em analogia com a tese de Cardoso, Furtado também chegara à conclusão de que a dependência brasileira encontrava sua razão de ser na predominância da cultura tradicional – herdada do passado colonial – e na falta de uma classe de dirigentes industriais, cuja ausência frustrou a possibilidade de modificações institucionais para superintender o desenvolvimento de forma autônoma<sup>4</sup>. A esses aspectos, somava-se o fato de a industrialização ser comandada por empresas transnacionais cujo centro de decisão localizava-se no exterior, de onde também se originavam a tecnologia avançada e os investimentos necessários aos novos empreendimentos. Diante disso, Furtado (1968) sentenciava que o fato de países como o Brasil terem alcançado um nível relativamente elevado de industrialização sem uma correspondente modificação no perfil das exportações e na estrutura do emprego constituía uma clara indicação de que “esse tipo de industrialização [era] simples adaptação de uma nova forma de dependência exterior” (Idem, p. 114).

No que respeita ao controle das decisões por parte das corporações norte-americanas, Furtado (1968) argumenta que a consequência direta desse processo foi que “aumentou o grau de desarticulação das economias nacionais, na medida em que reduziu a possibilidade de uma efetiva coordenação interna das decisões econômicas de caráter estratégico” (Idem, p. 116). Por outro lado, enfatiza que a internacionalização de segmentos importantes da atividade produtiva ligada aos mercados latino-americanos, não permitiu a criação de uma alternativa de crescimento econômico autossustentada. Diante disso, arrematou: “tudo se passou, portanto, como se os países latino-americanos houvessem optado por uma solução inviável” (Idem, p. 116).

Não obstante, em que pese a percepção de Furtado (1969) em relação ao contraste provocado pela penetração das empresas norte-americanas na América Latina, ele reconheceu que diante da heterogeneidade prevalecente na região, dificilmente o crescimento industrial do pós-

---

<sup>4</sup> Na opinião de Furtado (1966), a “falta de uma influência maior da classe industrial na liderança política cabe atribuir, em boa medida, a lenta modernização do marco institucional brasileiro” (Idem, p. 101). Posteriormente afirmaria: “parece ocioso inquirir se existe nos países latino-americanos uma classe industrial como maturidade e sentido de identidade nacional, capaz de encabeçar o processo de desenvolvimento dos respectivos países. O estudo das estruturas atuais põe em evidência que tal classe, mesmo onde chegou a desenvolver-se em uma primeira fase, já não poderia prosseguir em seu processo de maturação” (FURTADO, 1975, p. 55).

guerra teria ocorrido sem a efetiva cooperação dos consórcios internacionais, sobretudo dos norte-americanos, que gozavam de ampla experiência no campo industrial e de fácil acesso aos mercados financeiros. A propósito escreveu: a “cooperação internacional, de uma ou de outra forma, viria a realizar-se, pois as fontes de tecnologia estavam no estrangeiro e o acesso a elas, em muitos casos, era estritamente controlado. A forma principal que assumiu essa cooperação foi a instalação, nos países latino-americanos, de filiais das empresas que anteriormente abasteciam o mercado, cabendo a estas uma parcela crescente nas atividades produtivas, em função das dificuldades de importação” (Idem, p. 248). Com isso, concluiu: “a nova industrialização se fez principalmente sob controle estrangeiro e estritamente integrada com as importações” (Idem, p. 248).

### **3 A tendência à acomodação subordinada da economia brasileira**

Em congruência com as conclusões de Furtado, mencionadas na seção anterior, Cardoso e Faletto (1970) assinalam que diante das novas circunstâncias do capitalismo não haveria outra forma de promover a industrialização dos países latino-americanos e, dentre eles o Brasil, senão com a participação do capital estrangeiro, ou seja, mediante uma acomodação subordinada às empresas transnacionais e sob o jugo dos capitais financeiros. Segundo eles, como o país não estava em condições de impor uma política pública e privada para levar a termo o desenvolvimento, “as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, [salvo no caso de] uma mudança política radical para o socialismo” (Idem, p. 120).

Para Cardoso e Faletto, diante das condições históricas, políticas e sociais prevalecentes na América Latina e dos condicionamentos a que a mesma estava submetida era inimaginável uma ruptura com a dependência externa, principalmente após a afirmação da hegemonia dos Estados Unidos na região, constatação essa a que também chegara Furtado. Nesse particular, esse último autor subscreve que os dados disponíveis punham “em evidência que a participação de grupos estrangeiros no desenvolvimento [...] da América Latina [era] muito menos um fenômeno de cooperação financeira que de controle de atividades produtivas por parte de grupos que já vinham abastecendo o mercado por meio de exportações” (FURTADO, 1969, p. 251). Mais à frente acrescenta que no caso da indústria de bens de capital e de bens duráveis de consumo, considerada como a mais dinâmica e em mais rápida expansão, o capital estrangeiro exercia o controle de mais da metade desses ramos. Em suma, uma avaliação de conjunto sugere que mais da metade dos capitais aplicados na indústria brasileira em meado dos anos 1960 era controlada por grupos estrangeiros, participação essa que tendia a aumentar ainda mais à medida que se passava da indústria tradicional para as de bens de consumo duráveis e de bens da capital.

Em que pese o caráter controverso da cooperação internacional, a presença do capital estrangeiro no setor mais dinâmico da economia brasileira permite inferir que a aproximação com as empresas transnacionais parecia ser a opção mais racional do ponto de vista do desenvolvimento capitalista. A explicação é simples: essas empresas eram detentoras não apenas do monopólio da tecnologia moderna, mas também dos capitais e conhecimentos de que necessitavam as economias periféricas. Tendo isso em conta, Cardoso e Faletto (1970) argumentavam que os investimentos industriais realizados com capitais estrangeiros nos países latino-americanos, apesar de gerarem uma nova situação de dependência – caracterizada pelo endividamento crescente, em geral de curto prazo – por outro lado, constituíam o *élan* de que precisava essas economias para alcançar o caminho do desenvolvimento. Na opinião deles, “a penetração de capitais estrangeiros, se é certo que marginaliza determinados setores industriais, não chega a ser percebida como um problema essencial para o desenvolvimento” (Idem, p. 123).

Embora Cardoso e Faletto (1970) percebam que a abertura ao capital estrangeiro contribuía para aprofundar ainda mais a dependência, eles advogam a tese de que a ligação das economias periféricas às economias centrais, mediante a intensificação de investimentos estrangeiros provocava uma expansão da indústria na periferia. Essa industrialização, a despeito de contar com um mercado urbano restrito, era relativamente importante no que se refere à geração de renda para

concretização de uma indústria moderna. Ademais, ao promover a organização e a reestruturação industrial, fomentava-se o desenvolvimento científico e tecnológico, do que dependia o desenvolvimento das regiões periféricas.

Em suma, para Cardoso e Faletto (1970), “na industrialização da periferia latino-americana, a participação direta de empresas estrangeiras outorga um significado particular ao desenvolvimento industrial da região” (Idem, p. 126). Todavia, isso não significa garantia de absorção do desemprego nem inclusão social às populações marginalizadas. Como dizem, “esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente” (Idem, p. 124).

Outro aspecto ressaltado, é que na fase da nova dependência em que predomina o capital monopolista, a integração das economias periférico-industriais às economias centrais assume formas distintas daquelas que prevaleciam no mercado mundial durante a fase primário-exportadora. Nessa nova fase a vinculação que se estabelece no mercado mundial entre as economias periféricas e as centrais não se orienta mais para o sistema de importação-exportação, como fora no passado, mas fundamentalmente para o setor industrial, configurando um processo de internacionalização dos mercados e, com efeito, uma nova situação de dependência, cujas condições tornam-se mais favoráveis à periferia.

Dentre os principais aspectos favoráveis às economias periféricas que Cardoso e Faletto (1970) destacam, podem-se enumerar os seguintes: i) elevada diversificação da atividade econômica; ii) reduzida saída de excedente para impulsionar os investimentos, principalmente no setor de bens de capital; iii) incentivo à especialização da mão-de-obra e distribuição mais equilibrada da renda; e iv) expansão do mercado interno para absorver a produção (Idem, p. 127). Ademais, acrescentam ainda que a despeito do aprofundamento da situação de dependência e de as decisões de investimentos ficarem na dependência do exterior, há uma diferença essencial a ser considerada na nova dependência que é o fato do consumo passar a ser interno. Por outro lado, salientam também que em determinados casos manifeste-se uma “forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (Idem, p. 127).

Em suma, a ideia dos autores, posteriormente difundida individualmente por Cardoso (1971), consiste em afirmar que na fase da nova dependência, *malgré* a exploração externa persista, a internacionalização do mercado solidariza os interesses entre os grupos e as classes sociais (burguesia nacional e burguesia imperialista), as quais no momento anterior apareciam como adversárias. Ou seja, o raciocínio é que ocorre uma espécie de “poder compartilhado”, capaz de compatibilizar os interesses burgueses das economias dependentes com os dos grupos dos países dominantes (Idem, p. 80). Ao observador desavisado, esse movimento pode parecer à primeira vista que a própria dependência, da forma como foi pensada, entra em contradição. Estaria a dependência se diluindo? Não! Diria Cardoso. Nesse particular, vejamos o que escreveu: não “faltarão críticos apressados ou superficiais para bradar que ‘existe uma contradição’ entre o alcance da ideia de dependência (em geral) e o resultado a que se chega ao analisar a dependência na fase monopólica e internacionalizante do capitalismo” (CARDOSO, 1979, p. 374). Em seguida arremata, não sem ironia: “*hélas!* Pobres ‘dialetas’ que se assustam com a dialética. [Pois] pensam que os conceitos são ‘verdades imutáveis’, essências sempre presentes no vazio da falta de imaginação, não percebem que os conceitos têm um movimento, uma história, e um alcance teórico-prático limitado” (Idem, p. 374).

Em termos objetivos, o que se pode abstrair das observações do parágrafo anterior é que a redefinição das formas de dependência não leva à sua supressão. Da mesma forma, também não se eliminam as diferenças internas de classes, nem tampouco põem fim às contradições entre os interesses locais, os Estados nacionais e os interesses das nações hegemônicas. O que se redefinem, em verdade, são os atores e as suas possibilidades de atuação, assim como os conteúdos políticos da prática social. Por essa razão, Cardoso e Faletto (1970) concluem que “poder-se-ia supor que existe



simultaneamente desenvolvimento e autonomia; entretanto, se é certo que a dependência que subsiste é de outra índole (ou tem um novo caráter), este tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial, daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes” (Idem, p. 127). Sintetizando, a ideia que passou a ser recorrente na obra de Cardoso consiste em sustentar que a dependência e o desenvolvimento caminham de braços dados, ou seja, a dependência não constitui obstáculo ao desenvolvimento capitalista na periferia, mas a condição necessária à concretização daquele.

Assim, a partir da década de 1970 Cardoso passou a defender de forma cada vez mais categórica que as perspectivas de desenvolvimento capitalista na América Latina, e mais particularmente no Brasil, só passariam ao plano prático mediante uma associação crescente com os monopólios internacionais, ou seja, de forma associada e dependente<sup>5</sup>. Para ele, a monopolização do capital marca uma nova etapa na história das economias dependentes, mais favorável ao seu progresso, não obstante as relações continuarem definidas em função do exterior. Isso significa que, o que foi nacional-desenvolvimentismo na fase anterior de dependência passava, na nova fase, a ser chamado de nacional-patriotismo que aceitava participar do processo de acumulação mundial, mesmo na condição de sócio minoritário.

Foi esse o estilo de desenvolvimento que Cardoso (1975) apelidou de associado e dependente, mediante o qual se “faz uma divisão de área de atuação que, sem eliminar a expansão dos setores controlados pela burguesia local, desloca-os dos setores-chaves da economia ou, quando a burguesia local consegue manter-se neles é de forma associada e subordinada” (Idem, p. 47). Além disso, assegura-se “às empresas multinacionais especialmente o controle dos bens de consumo duráveis, [...] bem como parte importante no controle da produção e exportação de produtos primários, brutos ou semi-industrializados” (Idem, p. 47). Esse modelo foi criticado visceralmente por Furtado nos anos 1970, ainda que ele houvesse constatado que o país estava sob as algemas dos grandes consórcios internacionais.

#### 4 Os desencantos de Furtado com o desenvolvimento dependente

Na década de 1970, o desencanto em relação às perspectivas do modelo de desenvolvimento brasileiro provocou comoção em Furtado ao ponto dele declarar-se pessimista com o futuro do país<sup>6</sup>. Todavia, antes de discutir essa mudança de rumo é lícito informar que existe uma diferença fundamental entre Furtado e Cardoso em relação ao conceito de desenvolvimento. Para o segundo autor, desenvolvimento significa essencialmente acumulação de capital, já para o primeiro, embora a acumulação seja um elemento indispensável, o desenvolvimento consiste em um processo de transformação na estrutura econômica, política e social em função da coletividade.

Para Furtado (1975), o “ponto de partida do estudo do desenvolvimento, deveria ser não a taxa de investimento, ou a relação produto-capital, ou a dimensão do mercado, mas sim o horizonte de aspirações da coletividade” (Idem, p. 131). Em seu ponto de vista, “estrito senso, a acumulação é um simples ato de limitação do consumo presente em benefício do consumo futuro. Ela teria alcance limitado se não estivesse ligada a um dos outros dois fatores responsável pelo aumento da

<sup>5</sup> Essas idéias podem ser encontradas em Cardoso (1969, 1971, 1972, 1975, 1977, 1979, 1980 e 1983).

<sup>6</sup> Em entrevista concedida a Carlos Mallorquín, Furtado afirma o seguinte: o “que aconteceu foi que, com a ruptura de 1964, interrompeu-se o processo. Deteve-se toda a mudança social. E então transformou-se toda a política brasileira. Toda a política econômica brasileira passa a ser estritamente uma política de industrialização, intensificando o processo de exclusão social. Criou-se uma profunda antinomia entre desenvolvimento e projeto social. Eu me dei conta disso claramente e de que as forças sociais e a sociedade brasileira também estavam mudando. [...] Quando eu cheguei a este país dez anos depois, ele já era outro. Outra mentalidade, outra gente, e então perdi a ideia de minha geração de que poderíamos avançar realmente no sentido de concretizar uma sociedade diferente, mais igualitária, mais equânime, menos injusta. Todos esses idealismos que nós, da esquerda, havíamos alimentado tinham desaparecido; haviam sido inviabilizados, todos esses objetivos, o projeto total. Isso teve uma forte repercussão na minha forma de pensar. Daí que todos os meus livros, a partir de *Análise do Modelo Brasileiro* [1972], são livros que transmitem uma imagem pessimista do Brasil. E isso porque eu tinha sido um homem otimista. Na *Formação Econômica do Brasil* [1959], aparecia um país que avançava e que tinha um projeto” (FURTADO, 1995, p. 103).

produtividade. O primeiro desses fatores é o progresso tecnológico, o qual permite aumentar a produtividade física dos fatores utilizados. O segundo traduz uma modificação estrutural decorrente de transformações no perfil da demanda” (Idem, p. 132).

Já Cardoso (1975), ver o desenvolvimento de outra perspectiva. Eis o que diz a esse respeito: por “desenvolvimento [entendo] (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capitais e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo. Não me refiro, obviamente, a um idílico resultado capaz de igualar as rendas e terminar com a exploração, pois que estes alvos não se definem como válidos para uma economia de mercado” (Idem, p. 38). Essa mesma proposição reaparece em outro estudo de Cardoso e Faletto (1985), onde eles escrevem: “por desenvolvimento entendemos desenvolvimento capitalista” (Idem, p. 29). Em seguida complementam que essa “forma de desenvolvimento, tanto na periferia como no centro, ao se ampliar ciclicamente, produz riqueza e pobreza, acumulação e diminuição de capital, emprego para alguns e desemprego para outros. Assim, com a noção de ‘desenvolvimento’ não entendemos a realização de uma sociedade mais igualitária ou mais justa. Não são consequências que advenham do desenvolvimento capitalista, especialmente nas economias periféricas” (Idem, p. 29).

Voltando à questão do pessimismo de Furtado, no início dos anos 1970 ele lamentava que o Brasil, a despeito de ter constituído o mais moderno e diversificado parque industrial do Terceiro Mundo, o fez com tecnologia importada e sob a tutela dos monopólios internacionais cujos verdadeiros beneficiários foram os grupos estrangeiros que detinham o controle da tecnologia utilizada. Por essa razão, sentenciava: a “tese que prevaleceu imediatamente após a guerra, de que a industrialização constitui razão suficiente para a absorção do subdesenvolvimento, está certamente desacreditada” (FURTADO, 1972, p. 8). A ideia dele é que a propagação do progresso técnico serviu mais para modernizar os hábitos de consumo de uma minoria privilegiada, cujo padrão de vida era determinado pela evolução cultural dos países de elevada produtividade dos fatores, do que mesmo para transformação dos processos produtivos do conjunto da economia.

Para Furtado o fenômeno de dominação-dependência havia assumido a forma de imposição do padrão de consumo do centro, o qual não correspondia ao grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do subsistema dependente, contribuindo, ao contrário, para agravar ainda mais a desarticulação existente na estrutura da economia brasileira. Com efeito, o desenvolvimento passou a ser confundido com a diversificação e ampliação do consumo das classes de altas rendas. Este estilo de consumo além de determinar os aumentos de produtividade fazia com que os mesmos não fossem disseminados pelo conjunto da economia, tendo como consequência a redução dos investimentos no setor produtivo destinado à satisfação das necessidades do conjunto da população. Assim, escreveu: “el principal factor causante de la elevación de la productividad en la economía dependiente ya industrializada, parece ser la diversificación imitativa de los patrones de comportamiento de las minorías de ingresos elevados, sin que el proceso tenga necesariamente repercusiones en las condiciones de vida de la gran mayoría de la población” (Idem, 1971, p. 341).

À semelhança de Cardoso, Furtado (1971) percebe claramente que “el control del progreso tecnológico y la posibilidad de imponer patrones de consumo, de parte de uno o de algunos subsistemas, viene a condicionar la estructuración del aparato productivo de los demás subsistemas, los cuales se vuelven dependientes” (Idem, p. 342-3). O que parece sintomático a Furtado é que o aparato produtivo ligado ao consumo suntuário dos grupos de altas rendas, longe de constituir uma transformação no conjunto da estrutura produtiva da economia dependente, se instalara para satisfazer as necessidades de um segmento minoritário que antes se abastecia com importações. Desse modo, a industrialização substitutiva de importações não significava uma industrialização propriamente dita capaz de gerar externalidades econômicas, mas tratava-se de um transplante, do centro para a periferia, de atividades produtivas ligadas ao consumo das classes mais abastadas.

Assim, diferentemente do que se sucedia com as economias desenvolvidas, em que o fator dinâmico era resultado da combinação de novas formas de consumo e da inovação tecnológica, fatores esses que interagem em função do conjunto do sistema, na economia dependente, ao contrário, era a imposição de estilos de consumo de fora para dentro que constituía o fator animador do desenvolvimento. Ademais, enquanto nas economias desenvolvidas a difusão de novos

processos produtivos traduzia-se em elemento importante de elevação da produtividade, beneficiando o conjunto da população, nas economias subdesenvolvidas e dependentes como a brasileira esse processo só se tornava efetivo com relação ao grupo de população que estava integrado ao setor moderno da economia.

Ao raciocínio de Furtado (1971), a penetração do progresso tecnológico nas atividades ligadas ao consumo dos grupos de altas rendas deu lugar a um crescimento mais que proporcional de suas rendas. Para dizer o mesmo em outros termos, a assimilação do progresso tecnológico nas áreas dependentes acelerou a concentração da renda em favor das classes de altos rendimentos. Por consequência disso, a difusão de novas técnicas nos processos produtivos somente teria seqüência caso os grupos de altas rendas diversificassem o seu consumo. Com isso, Furtado (1971) deduzia que “la introducción de nuevos patrones de consumo entre los grupos ricos constituye el verdadero factor primario (al lado de la acción del Estado) del ‘desarrollo’ de las llamadas economías subdesarrolladas” (Idem, p. 345).

Dessa forma, em conformidade com o que fora objeto de constatação na análise de Cardoso, Furtado chegara às mesmas conclusões em termos de consignaçoão da situação de dependência externa da economia brasileira. Nesse particular, vale a pena repisar o que escreveu: “en las economías subdesarrolladas, el ‘desarrollo’ es siempre ‘internacional’, en el sentido de que, en la gran mayoría de los casos, está ligado a la expansión de las actividades de una empresa, cuyo centro de decisiones se encuentra colocado fuera del subsistema en cuestión” (FURTADO, 1971, p. 346). Em seguida, afirma categoricamente que “como el ‘desarrollo’ supone la adopción de un nuevo patrón de consumo, o su difusión, y como esos nuevos patrones traen consigo un vínculo de tipo ‘internacional’ (importaciones de insumos, pago de regalías, patentes, etcétera), se puede afirmar también que el citado desarrollo es una transformación estructural del sistema global, la cual tiende a estrechar las relaciones de dependencia” (Idem, p. 346). Destarte, Furtado assume de forma iniludível que na economia subdesenvolvida industrializada-dependente, a grande empresa desempenha o papel de elemento dinamizador do processo de desenvolvimento, pois representa a correia de transmissão dos novos produtos sem os quais não se diversifica o estilo de vida dos grupos dominantes.

As desilusões de Furtado (1972) em relação aos efeitos da introdução do progresso tecnológico na estrutura produtiva da economia brasileira eram visíveis. Nesse ponto, escreveu: a “penetração do progresso técnico acarreta, via de regra, a destruição de fontes de emprego que não são substituídas por outras de importância similar, dando origem à marginalização de uma parcela crescente da população” (Idem, p. 14). Para ele, a razão principal desse fenômeno reside no fato de que não houve uma correlação entre os aumentos de produtividade engendrados pela elevação da relação capital-trabalho e pela adoção de novas técnicas de produção e o crescimento da massa salarial, fatores esses que estão na base das economias industriais modernas. Ou seja, a assimilação do progresso técnico era resultado da ação de fatores estranhos ao desenvolvimento e não a causa primária deste.

Na visão de Furtado, o estilo de desenvolvimento adotado no Brasil decorria, por um lado, da imitação dos padrões de consumo do centro e, por outro lado, tratava-se de um tipo de dependência resultante da própria forma como o progresso tecnológico se difundia do centro para a periferia. Para ele, o funcionamento desse mecanismo requeria a preservação de certas estruturas sociais, sem as quais não se punha em prática a reprodução dos padrões de consumo moderno, cuja transferência apresentava-se como condição necessária para dar seguimento ao padrão de desenvolvimento dependente-associado. Diante dessas condições, nosso autor chegava à melancólica conclusão de que esse modo de “desenvolvimento [passava] a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, [era] inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida” (FURTADO, 1972, p. 77). Mais à frente arremata: “cabe inferir, portanto, que a melhoria efetiva das condições de vida da massa da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grande dimensão demográfica, somente será alcançada por outros caminhos” (Idem, p. 77).

Não obstante, vale salientar que o desencanto de Furtado era apenas uma comprovação do que já havia sido prenunciado tanto por ele próprio quanto por Cardoso em suas análises sobre a presença dos grupos estrangeiros nos setores-chaves da economia brasileira. Como dizem Cardoso e Faletto (1970), a partir da internacionalização, o desenvolvimento “realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior, cuja principal alternativa [...] é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura” (Idem, p. 131).

Por outro lado, em relação aos grupos favorecidos pelos investimentos estrangeiros, Cardoso (1980) é bastante claro: os “beneficiários desse ‘desenvolvimento dependente’ [são] as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambas” (Idem, p. 77). A rigor, são esses os agentes que constituem o tripé do modelo de desenvolvimento dependente, o qual se subordina à acumulação de capital e, portanto, à expansão econômica capitalista real, para cuja materialização torna-se imprescindível a exploração e a exclusão social. Por outro lado, convém recordar que a economia capitalista como um todo e não só a periferia cresce de forma desigual, gerando problemas políticos e econômicos em vários níveis.

Em meado da década de 1970, ante as assimetrias do estilo de desenvolvimento dependente, Cardoso (1975) sentenciava: “esta nova fase da economia brasileira – sem prejuízo do prosseguimento da expansão industrial orientada para o mercado interno – acarreta a redefinição do antigo modelo exportador que passa a basear-se na produção associada a capitais estrangeiros e na exportação de produtos industrializados” (Idem, p. 48). Ademais, sublinhava que apesar de a economia nacional ter experimentado um período de crise e retração violenta dos salários desde o início dos anos 1960, no decênio subsequente houve crescimento tanto das exportações quanto do produto industrial e do consumo interno, embora com exclusão social e à custa de um endividamento crescente, cuja característica era reflexo da expansão capitalista nas economias dependentes.

Em relação à política de endividamento levada a termo pelo governo para fazer frente aos investimentos, eis o que Furtado (1983) diz: ao “endividar-se no exterior, a fim de compensar desequilíbrios que têm sua origem em desajuste estrutural de balanço de pagamentos, o país periférico cria as condições para que esse desajuste persista e se agrave” (Idem, p. 124). Ademais, como “persiste o mesmo estilo de desenvolvimento, a insuficiência de poupança interna e a pressão no balanço de pagamentos continuam a agravar-se. Em realidade, é de esperar que a insuficiência da capacidade para importar venha a aumentar, pois ao custo em divisas da transnacionalização do sistema produtivo deve adicionar-se o serviço de uma dívida externa crescente” (Idem, p. 124). Em suma, a ideia é que à medida que o endividamento aumenta, submete as economias periféricas a uma crescente internacionalização de seus mercados, cujo resultado é o aumento do controle externo sobre os sistemas produtivos nos países periféricos. Isso traz como consequência um completo esvaziamento do aparelho do Estado em sua capacidade de coordenação da economia, com o que se agrava o subdesenvolvimento e a dependência externa.

## **5 A internacionalização do mercado e os dilemas da dependência**

Em similitude com o raciocínio de Furtado, Cardoso (1975) também reconheceu que a política de endividamento externo adotada pelo governo brasileiro para assegurar o investimento produtivo e garantir a expansão do sistema crédito ao consumo conduzia ao aprofundamento da situação de dependência externa a que o país estava submetido. A esse respeito escreveu: “essa política reforça as relações de dependência financeira entre centro e periferia, permitindo, por um lado, o desenvolvimento industrial e a expansão do consumo baseado nas camadas de rendas elevadas e médias (que obtêm créditos fáceis para o consumo) e, por outro lado, acentua a dependência financeira” (Idem, p. 59).

Apesar do exposto no parágrafo anterior, Cardoso (1975) esclarece que essa característica inerente ao modelo de industrialização dependente, o qual ele também denomina de “excludente”

ou “restritivo”, resulta da própria reorientação da política oficial no sentido das sociedades de consumo, dando origem ao que se designou de internacionalização do mercado interno. A explicação para esse paradoxo consiste em que se transferiu dos países centrais para as economias dependentes um sistema produtivo já testado pela experiência de outros países, mediante a importação de máquinas e equipamentos com elevada composição de capital, cuja finalidade era a produção de bens de consumo de massas, sem a ocorrência prévia ou posterior de modificações estruturais na economia. Em sua opinião, o processo de industrialização se deu sem que tivesse ocorrido uma redistribuição mais igualitária da renda. Por essa razão, assevera que “a internacionalização do mercado – se é certo que significou a abertura do mercado aos capitais estrangeiros e maior homogeneização das técnicas de produção, comercialização e funcionamento em comparação com os centros de desenvolvimento mundial – não trouxe consigo maior participação social nos frutos do progresso tecnológico” (Idem, p. 74).

Entretanto, na apreciação de Cardoso (1975), apesar do processo de industrialização dependente gerar distorções marcantes, não constituía nenhuma barreira impeditiva à acumulação capitalista nem ao crescimento da economia. Conforme assinala, embora “a industrialização feita à base de tecnologia poupadora de mão-de-obra tenha um efeito relativamente pequeno na expansão global do emprego no setor secundário, a experiência brasileira dos anos 60 parece indicar que pode ocorrer uma expansão proporcional real do emprego industrial, desde que seja mantida uma taxa elevada de crescimento do produto no setor industrial” (Idem, p. 76). Além disso, informa ainda que, “não é desprezível, por outro lado, a formação de uma camada de ‘classe média alta’, criada pela própria expansão urbano-industrial e fortalecida por medidas fiscais governamentais” (Idem, p. 77).

Em aquiescência com a análise de Cardoso, mas bastante pessimista com as perspectivas do desenvolvimento dependente, Furtado (1974) chegara à conclusão de que o estilo de vida criado pela civilização industrial e transplantado para a periferia foi e sempre seria privilégio de uma minoria. Ele justifica essa dedução sombria nos seguintes termos: “[o] custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o ‘desenvolvimento econômico’ [...] é simplesmente irrealizável” (Idem, p. 75). Com isso, conclui que “a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (Idem, p. 75).

Tendo chegado a essa conclusão, Furtado (1974) suscita outra tendência ainda mais desalentadora para os países da América Latina e, principalmente para o Brasil, qual seja: a “transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência” (Idem, p. 87). A ideia dele é que à medida que o processo de industrialização avança na periferia, maior tende a ser o controle do sistema produtivo pelos grupos estrangeiros. Com isso ele determina: em “uma economia como a brasileira, em que as taxas de salários pouca relação têm com as elevações de produtividade, as empresas [estrangeiras] estão em situação privilegiada para reter em sua totalidade os benefícios do progresso tecnológico” (FURTADO, 1975, p. 186). Tendo isso em conta, subscreve: “impõe-se a conclusão de que tanto a industrialização como a assimilação do progresso tecnológico favorecem o controle do sistema econômico por grupos estrangeiros” (Idem, p. 186).

Baseado no que se expôs acima, Furtado (1974) deu como certo que a dependência tendia a se arraigar no sistema produtivo, assumindo a forma de propagação de subsidiárias de grandes empresas com padrões tecnológicos definidos por suas matrizes nos países centrais. Além disso, acentua ainda que, “se as condições gerais ligadas à situação de dependência persistem, nada sugere que a industrialização orientada para o exterior contribua para reduzir a taxa de exploração, tanto mais que a própria razão de ser desse tipo de industrialização na periferia é a existência de trabalho barato” (Idem, p. 92). Por essas e outras razões ele sentencia que, “se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravação tanto da dependência externa como da exploração interna” (Idem, p. 94).

Apesar de Furtado deixar transparecer certas decepções com as possibilidades de as economias periféricas escaparem da dependência externa, a partir do final dos anos 1970, ele começou a vislumbrar a hipótese de as nações dependentes alcançarem sua autonomia, condição necessária para lograr um estilo de desenvolvimento com homogeneização social. Essa perspectiva baseia-se na liberação da capacidade criativa do ser humano, a qual constitui a fonte última do desenvolvimento das nações que alcançaram altos níveis de bem-estar social. Ademais, ele enfatiza também a importância do fortalecimento do mercado interno, requisito indispensável para fazer frente a um padrão de desenvolvimento que contenha em si um conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no processo de produção.

Essas inferências são fruto de uma imersão filosófica e de uma revisão histórico-teórica sobre a difusão da civilização industrial na Europa empreendida por Furtado em fins da década de 1970, no intuito de compreender o rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico subjacente a essa civilização, os quais capacitaram algumas nações a submeter a controle a quase totalidade do planeta. Nessa investigação, ele percebe que as formações sociais de seu tempo são em grande parte resultado dessa tendência de dominação planetária e do movimento inverso das nações dominadas na busca pela libertação. Em sua convicção, o esforço no sentido de ampliar as áreas de dominação e a resistência que o mesmo provoca constitui o vetor do processo global de difusão da sociedade industrial, a qual procura criar laços de interdependência entre todos os povos. Para ele, escapar dessa “dominação, que tenderia a assumir formas cada vez mais sutis no campo econômico”, constitui a difícil tarefa com que se defrontariam os povos pertencentes ao chamado Terceiro Mundo (FURTADO, 1978, p. 42).

Em seu livro *“Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”*, Furtado (1978) procura esmiuçar quais foram as razões pelas quais algumas nações como Rússia, China e Japão – que viram sua soberania ameaçada pela ofensiva imperialista nos últimos dois séculos passados – conseguiram se sobressair das presas da dependência externa, restabelecer uma ordem social própria e afirmar um projeto de desenvolvimento com soberania nacional e pautado em princípios de legitimidade e transformações sociais. Nesses casos, ele constata que a difusão da civilização industrial foi resultado do comportamento reativo do povo que viu sua soberania ameaçada e não da imposição de padrões culturais de fora.

No caso específico do Japão, que é a mais conspícua experiência de desenvolvimento autônomo, Furtado (1978) relata que já “no século dezesseis esse país se havia insurgido com êxito contra a penetração européia, assimilando rapidamente a técnica das armas de fogo e reduzindo ao mínimo os contatos com o exterior” (idem, p. 43). No século XIX, diante da grande onda expansionista européia, o isolamento já não tinha sentido, não obstante a assimilação do sistema industrial foi empreendida com êxito pelos grupos que ascenderam ao poder com a restauração Meiji. No dizer de nosso autor, o “grupo aristocrático que assumiu o controle do Estado japonês [...] teve em vista objetivos essencialmente políticos: criar as bases de um poder nacional capaz de preservar a independência do país face à ofensiva imperialista da era vitoriana” (Idem, p. 59). Quanto à China, diz ele que “nenhum outro país de acumulação retardada reúne as condições mínimas para escapar ao campo gravitacional da civilização industrial” (Idem, p. 111). Esse mesmo raciocínio vale para o caso russo.

Assim, Furtado percebeu que foi exatamente o investimento em capital humano, os estímulos ao mercado interno e a manutenção da autonomia nacional que permitiram ao Japão, assim como à Rússia e à China a definição de uma estratégia soberana e audaciosa no sentido de tirar partido no mundo da civilização industrial sem se submeterem às presas da dominação imperialista. A partir dessas experiências, Furtado (1978) aderiu, ainda que timidamente, à ideia de que era possível interromper a correia de transmissão dos valores culturais gerados nos países centrais, valores esses que atuavam na realimentação do subdesenvolvimento e no reforço da situação de dependência externa das economias periféricas, notadamente da brasileira. Para ele, a instituição de uma política consciente e ousada de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos naturais não-renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno

nos países periféricos constitui uma janela de oportunidades que não deve ser ignorada na luta contra a dependência.

Na imaginação de Furtado (1978), “o processo de mudança social que chamamos de desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade” (Idem, p. 81). A propósito, salienta que “é ampla a evidência de que o campo do possível no que concerne a essa criatividade é mais amplo do que [...] somos inclinados a pensar” (Idem, p. 82). Em termos mais precisos, pode-se dizer que a ideia de Furtado é que a criatividade humana é a fonte última geradora de energia, a qual pode ser canalizada e posta a serviço do desenvolvimento das forças produtivas e da diversificação dos padrões de vida da coletividade.

Em relação ao controle dos recursos naturais, Furtado (1978) anuncia que a “luta contra a dependência começa em geral pela reivindicação do controle das próprias fontes de recursos não-renováveis. Em seguida ela assume a forma de ocupação de posições que permitem controlar, ainda que parcialmente, o acesso ao mercado interno” (Idem, p. 123). Objetivamente, essa ideia consiste em que os países periféricos podem tirar proveito das inversões estrangeiras em suas economias mediante a cobrança de impostos sobre as exportações de produtos intensivos em recursos naturais escassos, no sentido de reter parte do excedente que as empresas derivam da exploração desses recursos. Para ele, o “controle do acesso aos recursos não-renováveis foi sempre considerado como uma das principais fontes de poder nas relações internacionais” (Idem, p. 120).

Na visão de Furtado (1978), a tomada de posição em relação ao controle de recursos naturais essenciais permite ocupar posições soberanas em termos de acesso ao mercado interno das nações dependentes. Para ele, é da vitória nessa frente de ação que surgem os recursos financeiros necessários para afirmar posições e ampliar o campo de resistência à dominação estrangeira. Em suas palavras, a “luta na frente tecnológica somente se torna viável quando [estiver] assegurado o controle de importantes segmentos do mercado interno e reunida uma massa crítica de recursos financeiros” (Idem, p. 123).

### **Considerações finais**

Com base no que se expôs ao longo do texto, pode-se intuir que ao final dos anos 1970, Furtado passou a vislumbrar a possibilidade de escapatória das amarras da dependência externa das economias periféricas, mediante a instituição de uma política audaciosa de investimento em capital humano e de recuperação da autonomia nacional. Essa frente de ação deveria começar, por um lado, pela valorização da criatividade humana, considerada como a principal fonte de energia capaz de impulsionar o desenvolvimento em favor do bem comum e, por outro lado, mediante um enfrentamento internacional na defesa de recursos naturais não-renováveis, o que requeria uma redefinição das relações bilaterais. Essa confrontação internacional deveria basear-se na taxaço de produtos intensivos em recursos naturais importantes exportados pelos países subdesenvolvidos, cujos recursos deveriam ser canalizados para a geração de novas tecnologias.

Segundo Furtado (1978), o resultado dessa reação seria a “geração de formas de vontade coletiva na periferia, pois somente assim o potencial de recursos poderá ser ativado” (Idem, p. 124). A propósito, assinala que “existe base para afirmar que os avanços já realizados abrem opções aos países periféricos para concretizar novas formas de coalizão e exercer novas iniciativas na luta para reordenar as relações internacionais. Contudo, não se deve perder de vista que a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e este não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo” (Idem, p. 125).

Se ao término dos anos 1970, Furtado conseguiu superar suas ideias pessimistas em relação às possibilidades de reversão da situação de dependência externa dos países periféricos, Cardoso, por outro lado, se manteve firme em suas hipóteses e reafirmou que não há carta de alforria para a dependência da periferia. Fiel às ideias que passou a defender desde meado dos anos 1960, ele reforçou ainda mais suas suposições em relação à apatia do empresariado brasileiro e rechaçou qualquer possibilidade político-econômica do desenvolvimento nacional baseado na burguesia

local, razão pela qual a tábua de salvação teria de ser encontrada na associação com os capitais estrangeiros, ou seja, mediante uma acomodação ao sistema mundial.

Para reafirmar suas convicções, Cardoso (1977) volta à sua análise inicial sobre a noção de dependência, no intuito de procurar identificar a vocação da burguesia industrial e sua capacidade de autonomia – no plano interno e externo –, elementos necessários para colocar-se à frente do processo político-econômico e impor ao conjunto do sistema uma orientação no sentido da afirmação do desenvolvimento. Em termos mais simples, isso consiste em deslindar a real possibilidade dos grupos industriais nacionais cumprirem a “missão histórica” que deveria ser o seu papel primário, no sentido de criar condições para a expansão do mercado interno e opor barreiras aos concorrentes estrangeiros.

No que se refere às condições político-econômicas dos grupos locais para superintender o desenvolvimento, Cardoso (1977) ressalta que tanto a política econômica oficial (desde o período Kubitschek) tendeu a favorecer exclusivamente os grupos estrangeiros, cuja presença era visível nos setores-chaves da economia, quanto a abertura do mercado nacional aos capitais estrangeiros havia se acentuado durante o regime militar. Além disso, no que diz respeito à política agrícola, a despeito de algumas manifestações (tímidas ou vigorosas) em favor da reforma agrária, esta se manteve latente de forma permanente. Diante dessas evidências, nosso autor asseverou que o desenvolvimento nacional não passava de uma visão ideológica de determinados grupos que teimavam em atribuir à burguesia nacional um papel e uma consciência política que não lhe era própria.

Por outro lado, Cardoso (1977) argumenta ainda que as origens sociais (plebeia e rural) da burguesia industrial brasileira demonstravam claramente a sua incapacidade para capitanear um projeto nacional de desenvolvimento. Como diz ele, os “reflexos de suas origens far-se-iam sentir em sua atuação política, em sua visão do processo histórico, e, em consequência, a levariam a uma situação de ambiguidade para definir seus interesses peculiares de classe diante dos interesses do conjunto das classes proprietárias” (Idem, p. 83). Em seguida, verbera que a “origem ‘agrária’ recente ou as marcas ‘plebeias’ evidentes da burguesia industrial não permitiam que ela purgasse o pecado original de sua criação, transformando-se em classe reitora do processo histórico” (Idem, p. 83-4). Ou seja, a ideia dele era que diante das opções concretas para uma política de desenvolvimento, a burguesia industrial vacilaria e decidir-se-ia por uma alternativa de retraimento e acomodação, optando por perder as chances históricas de assumir o comando do processo de desenvolvimento. Em face dessas condições adversas, parece lícito intuir, que diante de uma burguesia assim concebida não havia condições para alçar voo de longo curso.

Diante dessas condições, Cardoso deduzia que os setores industriais nacionais estavam se constituindo em um contexto estrutural de relativa heterogeneidade e fragmentação, cuja possibilidade de autonomia na definição de objetivos balizados na ideia de um desenvolvimento controlado pelos setores privados nacionais se mostrava visivelmente acanhada para assumir a hegemonia do processo. Além disso, as pressões exercidas pelos capitais estrangeiros em áreas importantes somadas às pressões dos grupos sociais que influenciavam direta ou indiretamente as decisões do Estado (como as classes médias urbanas, os setores populares, o setor industrial estrangeiro e os grupos empresariais nacionais), levavam a “burguesia nacional” a depender e a participar de algum tipo de alianças para atingir seus objetivos. Não obstante, os grupos que participavam desse sistema de alianças, por condições objetivas de sua própria natureza (acanhada e fragmentada), não tinham a hegemonia do poder, ou seja, participavam na condição de membros subordinados, mas sem romper com a frente de orientação pelo desenvolvimento associado-dependente. Com base nesses fatos, Cardoso (1977) asseverou que eram “raras as chances estruturais de ação hegemônica do setor ‘nacionalista’ dentro do novo sistema de alianças orientado pela ideia de desenvolvimento solidário com os monopólios externos” (Idem, p. 109).

Tendo em conta essas adversidades condicionantes, Cardoso (1977) concluiu que em qualquer hipótese, a burguesia industrial cumpriria “um papel subordinado na condução do processo de desenvolvimento: como caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público, no caso de uma eventual alternativa que [levasse] a uma política



econômica independente” (Idem, p. 109). Essa mesma suposição em relação ao papel coadjuvante do setor empresarial nacional em sedimentar um projeto de desenvolvimento nacional com a burguesia brasileira à frente como classe reitora do processo político-econômico reaparece em outros textos posteriores de Cardoso<sup>7</sup>.

Em um artigo publicado em princípio da década de 1980, Cardoso (1983) assinalava: “não creio, contudo, que se possa sustentar a ideia de que existe um horizonte de possibilidades para uma ‘hegemonia burguesa’ nova constituída a partir da liderança de empresários nacionais, empenhados na construção de uma sociedade democrática” (Idem, p. 22). Mais à frente acentua que a “ligação entre a internacionalização da economia (com a presença consequente das empresas multinacionais) e o papel ativo do Estado é flagrante no caso brasileiro” (Idem, p. 25). Com isso, conclui que desenvolvimento econômico no Brasil “só é possível através das grandes unidades de produção, estatais e privadas, associadas às empresas multinacionais” (Idem, p. 26).

Em síntese, a ideia de desenvolvimento dependente-associado de Cardoso, fundamenta-se no princípio de que existe uma situação concreta de dependência das economias periféricas engendrada pelo sistema mundial, cuja possibilidade de desenvolvimento capitalista só se torna efetiva nos quadros de uma subordinação às economias hegemônicas e com a benevolência dos capitais estrangeiros. Não obstante ele reconheça que o capital externo contribui para aprofundar a condição subalterna das economias periféricas em relação às centrais, ressalta que o mesmo traz consigo modificações importantes na estrutura produtiva e permite melhorar do nível de vida da população. Todavia, isso não significa que resolva todos os problemas, uma vez que a expansão do mercado interno tende a beneficiar fundamentalmente os segmentos isolados da sociedade em detrimento do conjunto dos trabalhadores e da grande maioria da população, resultado ao qual Furtado também chegara.

## Referências Bibliográficas

- BLOMSTRÖM, Magnus y HETTNE, Björn. *La Teoría del Desarrollo en Transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. (1ª edición 1984, en inglés)
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Política de Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- \_\_\_\_\_. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Autoritarismo e Democratização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: FURTADO, Celso (Coord.). *Brasil: tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”. In: SERRA, José. (Coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. “O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 1, Rio de Janeiro, 1983.
- \_\_\_\_\_ e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. (1ª edição 1969, em espanhol)
- \_\_\_\_\_ e FALETTO, Enzo. “Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina”. In: SORJ, Bernardo. *et all. Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>7</sup> Sobre a incapacidade do empresariado brasileiro em executar um projeto de desenvolvimento nacional sob sua hegemonia, deve-se consultar Cardoso (1983).

- FRANK, André Gunder. *Lumpenburguesia: lumpendesarrollo*. México: Era, 1971.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, 1969.
- \_\_\_\_\_. “Dependencia externa y teoría econômica”. *El Trimestre Económico*. nº 150. México, abr.-jun. 1971.
- \_\_\_\_\_. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (1ª edição 1973)
- \_\_\_\_\_. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: 1983. (1º edição 1982)
- \_\_\_\_\_. “O pensamento econômico latino-americano” - Entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín. *Novos Estudos – Cebrap*, nº 14, São Paulo, mar. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001. [Tese de doutorado apresentada em 1948, na Universidade de Paris]
- KAY, Cristóbal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. New York: Routledge, 1989.
- PALMA, Gabriel. “Dependency: A formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?”. In: *Word Development*, Vol. 6. Pergamon Press, 1978.